


BOLETIM INFORMATIVO

Núcleo Especializado de
Cidadania e
Direitos Humanos



11/junho - 02/julho
2021



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos apresenta as principais atividades desenvolvidas ao longo do mês, considerando os intervalos entre as Reuniões Ordinárias, realizadas sempre na primeira sexta-feira útil de cada mês.




Editorial: Vacinação Covid-19



A campanha de imunização contra a COVID-19, que avança agora pelo critério da faixa etária no Estado de São Paulo, dá sinais de que a vacinação segue de vento em popa, anunciando a tão esperada luz no fim do túnel. Embora haja razão para se comemorar, é preciso não fechar os olhos para a desigualdade na vacinação, que é reflexo das próprias desigualdades sociais e raciais do Brasil. Isso porque a eficácia da vacinação, enquanto estratégia de imunização coletiva, depende de uma ampla cobertura vacinal, que proteja a maior parte da população – não apenas de uma cidade, de um estado, de um país, mas de todo o mundo. Com efeito, enquanto grande parte da população mundial não estiver vacinada, o vírus não será erradicado: continuará circulando e se modificando, dando origem a novas cepas, que, por sua vez, desafiarão a eficácia dos imunizantes fabricados até então. Assim, quanto mais tempo demora a campanha de vacinação, maiores as chances de mutação do vírus e, portanto, de novas contaminações e, inclusive, de reinfecções. Diante desse contexto, é importante refletir sobre os critérios eleitos pelo Plano Nacional de Imunização, que, importados de países desenvolvidos, parecem não levar em conta as peculiaridades do Brasil. Se a realidade que se apresenta atualmente é de menos vacinas do que aquelas necessárias para a imunização de toda a população brasileira, é necessário que sejam priorizados grupos populacionais mais expostos ao vírus, não apenas com vistas a reduzir as iniquidades, mas também como forma de garantir maior eficácia à vacinação. Pessoas em situação de maior vulnerabilidade

social, além de terem a saúde mais fragilizada e de terem menos acesso a equipamentos de saúde, como consequência da própria desigualdade social, são também as que vivem em condições de maior densidade intradomiciliar e que mais se locomovem em razão da necessidade de auferir renda e da impossibilidade de trabalho remoto. Daí que priorizar a vacinação dessas pessoas seria uma forma mais eficaz de garantir a proteção da população contra o coronavírus do que a estratégia de imunização pulverizada, que privilegia as pessoas de bairros ricos (que têm carros e podem ser vacinadas em postos de “drive thru” e que são também as que mais têm condições de fazer isolamento social e com maior acesso a equipamentos de saúde). Assim, o que se verifica é que ainda é necessário e urgente discutir critérios de vacinação contra a COVID-19 no Brasil, inclusive porque não se tem certeza sobre a durabilidade da imunização e eventual necessidade de doses periódicas de reforço. Esta a razão pela qual o NCDH realizou, em parceria com outras instituições do sistema de justiça, o webinar “Vacinação COVID-19: prioridades e desigualdades”, que está noticiado na [página 2](#) desde boletim.



Para maiores informações, confira também notícia de 4/7/2021 da Folha de S. Paulo: [“Vacinação em SP não prioriza bairros com mais mortes por COVID-19”](#).



SAÚDE

A campanha de imunização contra a COVID-19 vem sendo amplamente debatida pelo NCDH, que periodicamente participa de reuniões com outros atores do sistema de justiça (TRF3, CEJUSC, MPF, MP/SP e DPU) e com órgãos da saúde, do poder executivo, tanto da esfera estadual, como federal (PNI), para tratar de diversas demandas relacionadas à pandemia.

Em 22 de junho, o NCDH participou do webinar “Vacinação COVID-19: prioridades e desigualdades”, com mediação da coordenadora Letícia Marquez de Avelar, realizado pelo MP/SP em parceria com DPE/SP, DPU e o MPF. Para assistir à gravação do evento, [clique aqui](#).



SAÚDE MENTAL

O curso “A Defensoria Pública no fortalecimento das redes de atenção psicossocial: possibilidades de atuação” teve sua quinta e última aula no dia 22 de junho, oportunidade em que foi apresentada a todas e todos as/os participantes a minuta de protocolo em construção por profissionais de Defensorias Públicas de todo o país, que visa uma atuação qualificada, coordenada e estratégica no tema da saúde mental, estando todas e todos convidadas/os a contribuírem na elaboração do documento.

WEBINAR

VACINAÇÃO COVID-19: PRIORIDADES E DESIGUALDADES

EXPOSITORES:

- Jorge Kayano**
Médico sanitarista e pesquisador do Instituto Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
- Rafael Henrique Moraes Pereira**
Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
- Carlos Augusto Prete Junior**
Pesquisador da Universidade de São Paulo (USP)

MEDIADORES:

- Letícia Marquez de Avelar**
Defensora Pública do Estado de São Paulo e coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos
- Eduardo Tostes**
Promotor de Justiça do MPSP e Coordenador do CAO de Saúde Pública

Aberto ao público em geral

22 DE JUNHO | 10H | **AO VIVO** VIA YOUTUBE

Inscrições: esmp.msp.mp.br | Inscritas receberão certificado



Foi lançada no mês de junho a obra Working Paper Series “Comunidades Terapêuticas no Brasil”, do programa “Drogas, Segurança e Democracia”, da organização internacional Social Science Research Council. Compõe a referida obra o artigo “Fiscalização em Comunidades Terapêuticas: uma análise da 64ª experiência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo”, de autoria dos psicólogos Mathias Vaiano Glens, agente do Centro de Atendimento Multidisciplinar do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo, e Carolina Gomes Duarte, da Unidade Sorocaba da Defensoria Pública de São Paulo. No artigo, os autores apresentam análise feita a partir de inspeções em 18 Comunidades Terapêuticas, pela Defensoria Pública de São Paulo em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, entre os anos de 2013 e 2019. Para acessar o artigo, [clique aqui](#).

IMIGRANTES

Foram publicados, no dia 25 de junho, dia do Imigrante, os “Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU - Comitê para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias”, com tradução feita pelas alunas da Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos da Faculdade de Direito da USP, coordenada pelo professor André de Carvalho Ramos, e revisada em parceria com o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Como a “Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias” não foi ratificada pelo Brasil, espera-se que, com a tradução dos Comentários, seu conteúdo seja difundido de forma mais acessível, corroborando para sua urgente incorporação ao direito brasileiro.



Conheça as publicações anteriores com traduções dos Comentários Gerais dos Comitês de Tratados de Direitos Humanos da ONU: [Comitê de Direitos Humanos e Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais](#); [Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial](#); [Comitê para a eliminação da discriminação contra as mulheres](#); [Comitê Contra a Tortura](#).

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

O NCDH participou do Seminário Estadual “Segurança Pública e violência policial: quais corpos são alvos?”, com fala da coordenadora Fernanda Penteadó Balera, no dia 3 de julho de 2021, na live de encerramento “Que segurança pública queremos?”. Para assistir à gravação do evento, [clique aqui](#).





A matéria “A PM cega, a Justiça não vê: a interminável luta das vítimas de armas menos letais” conta com entrevista da coordenadora do NCDH Fernanda Penteado Balera acerca das medidas adotadas pela Defensoria Pública de São Paulo visando a uma atuação menos violenta da Polícia Militar, que siga os parâmetros mínimos de direitos humanos já consolidados internacionalmente. [Confira aqui.](#)

No dia 23 de junho, os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e de Habitação e Urbanismo participaram de reunião com Conectas e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos para debater medidas para enfrentar a violência praticada contra ambulantes no âmbito das chamadas “Operações delegadas” – realizadas por meio de um convênio entre a Prefeitura e o Governo do Estado de São Paulo para que agentes voluntários da Polícia Militar reforcem o policiamento na cidade durante suas folgas, a fim de “combater o comércio de ambulantes irregulares nas ruas da capital”.



PARAISÓPOLIS

O NCDH segue acompanhando as investigações do caso Paraisópolis, em que nove jovens desarmados foram mortos após intervenção policial no baile da DZ7, em dezembro de 2019. Os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e da Infância e Juventude da DPE/SP reuniram-se com as famílias das vítimas no dia 23 de junho para explicar o recente indiciamento de nove policiais militares pela prática de homicídio culposo. O fato foi noticiado na imprensa, com abordagem sobre a atuação da Defensoria Pública em favor das vítimas. [Clique aqui](#) e [aqui](#) para conferir.


CRACOLÂNDIA

No dia 24 de junho, os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e de Habitação e Urbanismo da DPE/SP, juntamente com a Conectas Direitos Humanos, participaram de reunião com o Conselho Nacional de Direitos Humanos para discutir medidas possíveis para enfrentar as diversas violações de direitos que ocorrem no território da cracolândia, o que decorreu de ofício enviado ao Conselho, pelas entidades, em março deste ano. [Clique aqui](#) para conferir o teor do ofício.



LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO DE PROTESTO

No dia 3 de maio, foi celebrado o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, tema objeto de entrevista concedida pelos coordenadores do NCDH, Davi Quintanilha, Fernanda Balera e Leticia Avelar à Ouvidoria da DPE/SP, publicada no boletim informativo mensal #12. Para ler a entrevista na íntegra, [clique aqui](#).



"A Defensoria Pública tem importante papel na defesa criminal de pessoas processadas por desacato ou outras supostas infrações ocorridas em contexto de manifestações, destacando-se, também, a efetiva presença de defensoras/es públicas/os em regime de plantão em Delegacias quando ocorrem prisões em manifestações. A Defensoria Pública também atua na área cível, pleiteando indenizações em favor de pessoas feridas em protestos ou que tiveram seu direito de liberdade de expressão violado de alguma outra forma."

Coordenação do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH). Coordenador: Davi Quintanilha Failde de Azevedo, Coordenadora Auxiliar: Fernanda Penteado Balera e Coordenadora Auxiliar: Leticia Marquez de Avelar em entrevista para o Boletim Mensal da Ouvidoria-Geral.



TORTURA

No dia 26 de junho, celebra-se o dia internacional de luta contra a tortura, daí ser oportuna a publicação "Tortura como marca cotidiana: narrativas sobre os serviços de atenção às vítimas de tortura desenvolvidos no Rio de Janeiro e em São Paulo", de autoria de Maria Gorete Marques de Jesus, Giane Silvestre e Thais Lemos Duarte, para cuja pesquisa contribuiu o coordenador do NCDH, Davi Quintanilha, na qualidade de entrevistado. [Clique aqui](#) para acessar a publicação.

Os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e de Situação Carcerária apresentaram manifestação na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6841, em defesa da constitucionalidade do artigo 310 do Código de Processo Penal e da realização presencial das audiências de custódia, como instrumentos necessários que são para a prevenção da tortura, especialmente comum contra a população negra e periférica durante a abordagem policial. [Clique aqui](#) para ter acesso à petição.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

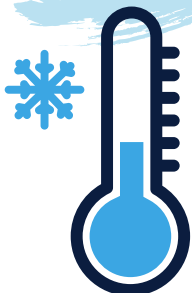
No dia 23 de junho, o NCDH participou de reunião com o Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça para discutir a Política Nacional das Pessoas em Situação de Rua que será elaborada pelo Conselho. Participaram juízes que compõem o GT do CNJ, a DPU, representantes da OAB/SP e representantes das Defensorias Públicas dos Estados de SP e RJ, e Ministério Público.

No dia 24 de junho, o NCDH participou, em suporte ao defensor Gustavo Goldveig, da Unidade de Praia Grande/SP, de reunião com a Secretaria Municipal de Saúde para discutir a vacinação das pessoas em situação de rua no município da Praia Grande.

ATENDIMENTO ITINERANTE

No dia 25 de junho, o NCDH organizou e realizou atendimento itinerante para a população em situação de rua no Núcleo Boracea. O atendimento contou com a participação da coordenadora Letícia Avelar e dos defensores inscritos na atividade pop rua: Alessandra Regina Januário Cintra, Betania Devechi Ferraz Bonfa, Carlos Eduardo Saltini Filho, Cecília Nascimento Ferreira e Mariana de Gouvea Guarda.





Em 29 de junho, os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e da Infância e Juventude enviaram ofício às Secretarias Estadual de Desenvolvimento Social e Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, recomendando a adoção de providências voltadas à população em situação de rua frente ao frio intenso que vem se instalando na cidade de São Paulo. Dentre as recomendações, estão a ampliação imediata do número de vagas disponíveis para acolhimento, oferta de abrigos emergenciais, intensificação das abordagens sociais e a suspensão imediata de quaisquer ações de retirada de pertences dessas pessoas. Para acessar o ofício [clique aqui](#).

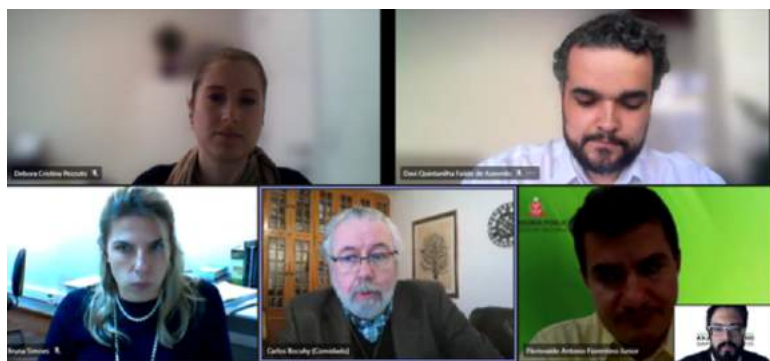


A recomendação enviada pela Defensoria Pública de São Paulo foi mencionada em matérias da Folha de S. Paulo e do Estadão, [clique aqui](#) e [aqui](#) para conferir.

A coordenadora Fernanda Balera concedeu entrevista à R7 sobre a onda de frio e o impacto catastrófico sobre a população em situação de rua. Para acessar a matéria [clique aqui](#).

SOCIOAMBIENTAL

Em 21 de junho, o NCDH participou de reunião com o Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental para discutir a atuação da Defensoria Pública na defesa de populações vulnerabilizadas por impactos ambientais. O encontro também contou com representantes da Administração da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, bem como da Associação Paulista de Defensoras e Defensores Públicos. Para saber mais [clique aqui](#).



Curso CATADORES

Conforme noticiado no último boletim informativo do NCDH, teve início no mês de junho o curso "Catadoras e Catadores e a atuação das Defensorias Públicas", com exposição do defensor Paulo Alvarenga, colaborador do NCDH, na aula ocorrida em 28 de junho. Para assistir às gravações das aulas, [clique aqui](#).

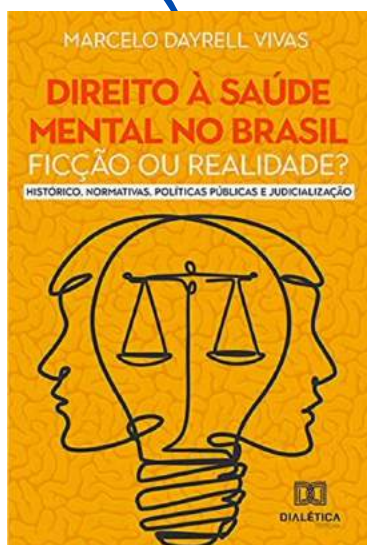




PARA LER, VER E OUVIR

PARA LER

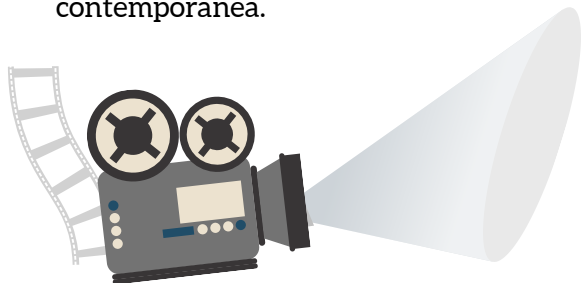
Neste livro-reportagem, Daniela Arbex denuncia um dos maiores genocídios do Brasil, no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais. Ao conhecido Hospital Colônia, sob o pretexto de limpeza social, foram enviados aqueles que por algum motivo eram "indesejáveis", pessoas consideradas fora dos padrões sociais. Com o consentimento do Estado, de médicos, funcionários e da sociedade, os pacientes do maior hospício do Brasil viveram em condições desumanas, foram torturados e mortos: mais de 60 mil internos morreram nesse centro hospitalar. Na obra, a autora entrevista ex-funcionários e sobreviventes para resgatar as histórias de quem viveu de perto o horror perpetrado pela instituição.



Marcelo Dayrell, colaborador do NCDH, publicou, pela Editora Dialética, sua dissertação de mestrado sobre o Direito à Saúde Mental no Brasil. No livro, o autor trabalha os conceitos de saúde, saúde mental, direito à saúde e direito à saúde mental, fazendo um apanhado de toda a normativa nacional e internacional, apresentando a política pública atualmente regulada e, por fim, empreendendo uma análise da jurisprudência dos Tribunais Superiores, do TJ-SP e do TRF-3. O livro traz ainda um apêndice detalhando os serviços da RAPS. Já está disponível em versão física e em ebook no site da Amazon.

PARA VER

Disponível na plataforma Netflix, o curta-metragem "Polícia e Ladrão", com direção de Arnon Manor e Timonthy Ware-hill, realiza uma dura crítica à letalidade policial, à violência institucional e à injustiça racial por meio de animações multimídias de diversos artistas e poesia contemporânea.





PARA OUVIR



No episódio "Dá pra separar religião de política?" do podcast "Mamilos" as apresentadoras Ju Wallauer e Cris Bartis convidam Frei Betto, Valéria Zacarias e Babalawo Ivanir dos Santos, religiosos engajados política e socialmente, e Lívia Reis, antropóloga que estuda o cristianismo, para debater sobre a laicidade do Estado e os limites de leis e políticas públicas refletirem a hegemonia cristã presente na população brasileira. [Clique aqui](#) para ouvir.

EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Davi Quintanilha Failde de Azevedo

Fernanda Penteado Balera

Letícia Marquez de Avelar

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Mathias Vaiano Glens - psicólogo

Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial

Tatiane Medeiros Cruz - oficial

Geovanna de Souza Ribas - estagiária

Defensoras/es Integrantes

Adriana do Carmo Rios dos Santos

Bruna de Cassia Teixeira Werneck

Caio Jesus Granduque José

Cecilia Nascimento Ferreira

Daniela Batalha Trettel

Gabriela Mosciaro Padua

Gustavo Siqueira Marques

Leandro de Castro Gomes

Marcelo Dayrell Vivas

Mariana Borgheresi Duarte

Mariela Moni Marins Tozetto

Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II

Rafael Alvarez Moreno

Rafael Lessa Vieira de Sa Menezes

Tatiana Belons Vieira

Vitor Ortiz Amando de Barros

COMISSÃO DO BOLETIM

Giulia Novaes Poli

Gabriel Eugenio Barceloni Ferreira Pastor

Letícia Alves Godoy da Cruz

Maria Gabriela Soares Núñez

Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon



Advogadas Voluntárias

Giulia Novaes Poli

Maria Carolina Cavalcante Flores Gachido

Estagiárias/os de Direito

Gabriel Eugenio Barceloni Ferreira Pastor

João Augusto Cataldo de Toledo

Letícia Alves Godoy da Cruz

Maria Gabriela Soares Núñez

Renata Dantas da Silva

Yhasmin Monteiro P. Moreno Leon